

DESENVOLVIMENTO MORAL DO ADOLESCENTE INSERIDO EM
CONTEXTO ESCOLAR: *É POSSÍVEL MEDIR O RACIOCÍNIO E O JUÍZO
MORAL DO ALUNO ADOLESCENTE?*

Alex MACEDO¹

Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM

Oswaldo Dalberio Dal BELLO²

Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM

RESUMO

É possível medir e avaliar a competência do raciocínio e juízo moral do adolescente inserido em contexto escolar? A sociedade debate-se diariamente com a necessidade de julgar os outros, sendo constantes as referências aos conceitos de moralidade e desenvolvimento moral. Este artigo realiza uma investigação teórica que se propõe analisar o processo do desenvolvimento moral, concedendo especial atenção à fase da adolescência na qual ocorre a transição da heteronomia para a autonomia moral. Reflete ainda o papel da escola e de seus agentes, principalmente o professor, na construção do desenvolvimento moral do aluno adolescente. Neste âmbito, salienta-se teoria de Kohlberg (1981) que constitui um dos contributos mais válidos e completos no que concerne a esta temática. A teoria do Julgamento Moral de Lawrence Kohlberg sustenta o caráter construtivista da aprendizagem moral. Este autor elaborou uma teoria cognitivo-evolutiva da moralidade humana, explicando como se desenvolve as etapas do juízo moral a partir da interação do indivíduo com as condições sócio-histórico-culturais nas quais estes estão inseridos. O pensamento de Kohlberg é uma tentativa de explicar a moralidade como uma construção de princípios morais por parte do sujeito. Compreendendo o desenvolvimento moral como produto da interação entre as estruturas cognitivas e as condições externas do meio em que o indivíduo está inserido.

Palavras-chave: Desenvolvimento Moral. Adolescência. Kohlberg.

¹ Mestrando do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro; Professor de Filosofia. Contato: 1alexmacedo@gmail.com

² Doutor em Serviço Social, Mestre em Educação e Professor de Ética e Filosofia da Educação no programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro; Contato: prof.dalberio@gmail.com

1. Introdução

Nos últimos anos, o desenvolvimento moral constitui-se um campo específico de pesquisa na área educacional. O interesse pelo tema se deve à necessidade de uma perspectiva científica para o entendimento do desenvolvimento integral do ser humano, em relação com o sistema educacional.

As mudanças sociais e suas consequências trazem para o centro das discussões pedagógicas a necessidade de uma educação voltada para o desenvolvimento da ética e da cidadania. Entretanto, existem divergências em relação ao que se entende como desenvolvimento integral, uma vez que as práticas pedagógicas tendem a enfatizar determinados aspectos do desenvolvimento em detrimento de outros.

O desenvolvimento moral, por sua complexidade e natureza social, é um dos aspectos mais prejudicados nas diversas práticas educativas. Nas escolas, o desenvolvimento moral faz parte de um currículo oculto, prescrito como tema transversal, e desconhecido para a maioria dos professores, o que sugere a necessidade de estudos sobre o tema, sobretudo a partir de uma perspectiva sistêmica que valorize o papel do contexto sociocultural e das relações sociais.

Diante da complexidade do fenômeno, é preciso adotar uma perspectiva que enfatize a interdependência das dimensões psicológicas da cognição, da emoção e da ação intencional no desenvolvimento do conjunto de crenças e valores sócio-morais, que orientam a ação do sujeito em suas relações.

Como esse processo de desenvolvimento acontece no adolescente, suas etapas e formas que acompanham os sujeitos desde seu nascimento, propagando-se por toda a sua existência?

No decorrer desse desenvolvimento, a escola, e principalmente o professor, possuem papel relevante, pois se acredita que, por meio da convivência entre os sujeitos e das experiências vividas na escola, a criança constrói conceitos relativos à sua moral e desenvolve habilidades para refletir sobre as condutas e desafios que lhe são apresentados.

O processo de desenvolvimento moral não deve ser confundido com a transmissão unilateral de valores e a aprendizagem passiva, às crianças, de normas e regras estabelecidas assimetricamente pelos adultos.

Na atualidade existe uma preocupação com os valores que estão emergindo na nossa sociedade. Fenômenos como o nihilismo, hedonismo, individualismo, xenofobia, corrupção estão na contramão da consolidação dos juízos morais dos sujeitos em nossa sociedade.

MacIntyre³ (2001) preocupa-se com a desordem moral resultante destes valores modernos, para este filósofo, os seres humanos fazem parte de um contexto social, onde realizam diversos tipos de ações que estão interligadas entre si, e que trazem resultados tanto para o sujeito que as exerce, quanto para toda a comunidade em que este sujeito vive. Por isso, suas ações devem ter uma busca intencionada, com objetivos determinados, definidos por sua própria natureza, para que esses indivíduos possam desenvolver habilidades que tenham equilíbrio entre a razão e os desejos, e claro, que tenha em vista um reto fim. Por isso, MacIntyre propõe uma educação baseada nas virtudes. A virtude é uma qualidade humana adquirida, cuja posse e exercício costuma nos capacitar a alcançar aqueles bens internos às práticas e cuja ausência nos impede, para todos os efeitos, de alcançar tais bens.(MacINTYRE, 2001, p.321)

MacIntyre propõe essa educação ao ver que a sociedade contemporânea como uma sociedade liberal está imersa num total estado de desordem moral, resultado da falta de valores morais que poderiam guiar as ações desse sujeito liberal. Quando um indivíduo não é mediado por uma tradição, e não possui mais um bem último para o seu agir, ele passa a assumir um ponto de vista neutro e a agir conforme o que lhe convêm e julga ser o melhor para si mesmo.

Contrário a isso, se concebe a adoção e internalização de valores como um processo de construção do indivíduo, que em relação com outras pessoas de sua convivência, pertencentes a mesma circunstância, compartilham os valores da realidade que os rodeiam.

Schwartz define os valores como guias para a seleção e avaliação de ações, situações e pessoas. É a partir dos valores que são criados padrões ou normas de conduta. Sendo assim, ao longo da vida de um indivíduo os valores de seu meio são incorporados de forma a delimitar o seu próprio comportamento (SCHWARTZ, 2011). Adicionalmente, valores podem ser encarados como critérios ou metas que transcendem situações específicas, que são ordenados por sua importância e que servem como princípios que guiam a vida do indivíduo (SCHWARTZ, 2011; FONTAINE et al., 2008).

³ Alasdair MacIntyre, filósofo conhecido por sua forte crítica à modernidade liberal. Escocês, educado na Inglaterra e radicado nos Estados Unidos, MacIntyre faz um diagnóstico da modernidade, atestando que a linguagem moral contemporânea está em desordem, ou melhor, que a moralidade moderna não passa de um simulacro, formada de uma mistura de fragmentos não-combinados: Iluminismo, liberalismo econômico do século XIX, liberalismo político, catolicismo, puritanismo. Resultando no julgamento moral baseado no emotivismo. No emotivismo todos os julgamentos morais e valorativos não são nada mais que expressões de preferências e sentimentos tornando o debate moral infrutífero, não passando de um jogo de afirmação e contra-afirmações, ou seja, segundo o emotivismo nenhum método racional pode assegurar os acordos entre julgamentos morais.

O estudo dos valores é utilizado para esclarecer entendimentos sobre atitudes e comportamentos das pessoas, o funcionamento das organizações, instituições e sociedades (KNAFO et al., 2011).

Destaca-se, ainda, que a realidade educacional que temos nos dias atuais é pautada pela perda de alguns valores essenciais ao bom relacionamento e convívio entre os sujeitos. A agressão verbal e corporal está presente nas salas de aula, assim como as “boas maneiras” foram se perdendo com o passar dos anos. O professor já não possui mais a autoridade necessária no encaminhamento das suas atividades e a maioria dos alunos não possui uma conduta baseada no diálogo, na troca de ideias e no respeito pela opinião dos colegas. Buscar por encaminhamentos que tornem possível esta mudança, almejando resgatar a compreensão, a harmonia, o respeito e o companheirismo, principalmente em sala de aula, é o ponto principal desta investigação, o que demonstra sua relevância. Sendo assim, faz-se necessário um esforço conjunto de todos os segmentos da sociedade para a efetivação, organização ou retomada de alguns valores que acabaram se perdendo ao longo do desenvolvimento da sociedade.

O estudo sobre a moral tem constituído temática relevante no desenvolvimento de artigos, teses e dissertações. Efetuamos um levantamento de dados e localizamos pesquisas que possuíssem relação direta com o tema de discussão desse trabalho. Dentre os identificados, destacamos: a dissertação de autoria de Oliveira (1989), que trata sobre “O processo de construção do raciocínio moral: estudo realizado com um grupo de adolescentes em fase de escolarização.”

Essa dissertação teve como objetivo principal demonstrar, por meio de um trabalho empírico, a possibilidade de o educador efetuar um trabalho pedagógico com a construção de valores, dentro de um ambiente de sala de aula. Para a realização desta pesquisa, a autora teve a participação de vinte e três adolescentes integrantes de uma turma de sexta série do ensino fundamental, dividindo o trabalho em três etapas: pré-teste, o trabalho com o processo de clarificação de valores e o pós-teste.

Nessas etapas, a autora aplicou textos que possuíam dilemas morais hipotéticos onde os alunos, após discussão oral, respondiam a algumas questões pré-estabelecidas pela pesquisadora.

Em sua conclusão, a autora destaca que a construção da moralidade não ocorre somente dentro do processo de escolarização, afirmando que, se o educador atuar de forma consciente e crítica, proporcionando um ambiente pedagógico onde existam as oportunidades para que o indivíduo possa, através da interação social, dialogar, argumentar, expor seu

pensamento, isto contribuirá de forma significativa para a construção do raciocínio moral, que, por sua vez, é social e cognitivo.

Em sua maioria os estudos sobre adolescentes e moralidade tem sido realizados na perspectiva de Kohlberg, pela sua contribuição ao avançar na descrição do pensamento moral para além da infância (LEMOS-DE-SOUZA e VASCONCELOS,2003). Kohlberg é referência na produção de uma educação moral como desenvolvimento moral (PUIG, 1996).

O presente artigo fundamenta-se na teoria do Julgamento Moral de Lawrence Kohlberg, que sustenta o caráter construtivista da aprendizagem moral. Este autor elaborou uma teoria cognitivo-evolutiva da moralidade humana, explicando como se desenvolve as etapas do juízo moral a partir da interação do indivíduo com as condições sócio-históricoculturais nas quais este está inserido.

O pensamento de Kohlberg é uma tentativa de explicar a moralidade como uma construção de princípios morais por parte do sujeito. Compreendendo o desenvolvimento moral como produto da interação entre as estruturas cognitivas e as condições externas do meio em que o indivíduo está inserido.

Não existe uma moralidade inata (nos moldes das ideias inatas cartesianas)⁴. Ninguém nasce moral. A teoria construtivista do desenvolvimento moral acentua a importância do sujeito na construção de sua realidade e, também dos juízos morais.

O objetivo desta investigação teórica é realizar uma aproximação entre a Teoria do Juízo Moral formulada por Lawrence Kohlberg numa perspectiva construtivista e sua aplicação no contexto da realidade escolar dos adolescentes.

2. Desenvolvimento Moral como construção da Moralidade Autônoma na perspectiva do pensamento de Lawrence Kohlberg

⁴ As ideias inatas, claras e distintas, não são inventadas por nós mas produzidas pelo entendimento sem recurso à experiência. Elas subsistem no nosso ser, em algum lugar profundo da nossa mente, e somos nós que temos liberdade de as pensar ou não. Representam as essências verdadeiras, imutáveis e eternas, razão pela qual servem de fundamento a todo o saber científico.

Como Descartes escreve:

“(...) quando começo a descobri-las, não me parece aprender nada de novo, mas recordar o que já sabia. Quero dizer: apercebo-me de coisas que estavam já no meu espírito, ainda que não tivesse pensado nelas. E, o que é mais notável, é que eu encontro em mim uma infinidade de ideias de certas coisas que não podem ser consideradas um puro nada. Ainda que não tenham talvez existência fora do meu pensamento elas não são inventadas por mim. Embora tenha liberdade de as pensar ou não, elas têm uma natureza verdadeira e imutável. ”*Méditations Métaphysiques*, “Méditation cinquième”, p. 97-99.

Para Kohlberg o desenvolvimento do juízo moral dos sujeitos tem uma sequência transcultural, universal e invariável resultado da investigação acerca do juízo moral em várias cultura e tempos diferentes.

O juízo moral é considerado um processo cognitivo que nos permite realizar uma reflexão sobre nossos próprios valores e ordená-los numa hierarquia. Considerando o juízo moral como a capacidade de assumir papéis dentro da sociedade. A essência do juízo moral é a habilidade de compreender a realidade na perspectiva do outro. O juízo moral é desenvolvido nas interações sociais: familiares, escolares e comunitárias. São estas instituições socializadoras que fornecerão os subsídios para o desenvolvimento do julgamento moral dos indivíduos. De acordo com Puig (1996, p.71) a moral não é descoberta e sim construída, portanto, a construção da personalidade moral, com ênfase na autonomia, deve ser compreendida como o principal objetivo destas instituições.

Para Kohlberg a moralidade é um fenômeno universal. E o desenvolvimento, da mesma, obedece, invariavelmente, uma sucessão de etapas denominadas níveis de moralidade.

Este autor encontrou os mesmos níveis em diversos países nos quais realizou seus estudos: México, Taiwan, Turquia e Estados Unidos. Kohlberg ressalta que o contexto cultural ressalta as diferenças, porém não a ordem e hierarquia dos níveis.

Kohlberg, na sua concepção cognitiva e evolutiva da moralização descreve as características da cada estágio, e apresenta um método para identificá-los.

Para esse autor, o desenvolvimento cognitivo e do raciocínio abstrato são pré-requisitos para a construção moral, apesar de não determinarem que o indivíduo vá atingir os estágios mais elevados. Desse modo, os jovens desenvolveriam seu julgamento moral na medida em que deixassem de pensar de forma egocêntrica para pensarem de forma abstrata. Nesse processo não só o aspecto cognitivo é relevante e as experiências de vida realçadas pela emoção são fatores primordiais, pois promovem uma reavaliação interna e permitem que o indivíduo observe outros pontos de vista. (Papalia, 2000).

Kohlberg também definiu estágios para o desenvolvimento moral. No primeiro nível, chamado de Pré-Convencional, a criança responde por rótulos de bom/mau e os interpreta por suas conseqüências físicas. O controle de sua conduta se dá pelo meio externo, pela obediência às regras para evitar a punição e obter recompensa. (Padilha, 1995). De acordo com Vinha (2003) o julgamento é baseado nos próprios interesses e não consideram as necessidades dos outros; o auxílio mútuo é visto como necessário para satisfazer as próprias necessidades.

O segundo nível é o Convencional em que há conformidade e respeito à ordem e aos papéis sociais estabelecidos, internalização das figuras de autoridade, preocupação em ser “bom” para agradar os outros e manter a ordem estabelecida (status quo) (Papalia, 2000). Para Vinha (2003) esse é o nível que a maioria das pessoas atingem. Se relacionarmos com os níveis definidos por Piaget, veremos que estas são características da moral heterônoma.

O último nível é o Pós-Convencional caracterizado pelo compromisso aceito entre os indivíduos que possuem direitos e deveres iguais, assim como a capacidade de se colocar no lugar do Outro (“empatia”). Além do contrato social, os atos são regidos pela consciência dos princípios universais e éticos, havendo uma tentativa de conciliação entre as perspectivas individuais e sociais.

2.1. Desenvolvimento Moral e Adolescência

Na adolescência haveria, na teoria de Kohlberg, a possibilidade de se alcançar níveis superiores da moralidade (moral autônoma). Os indivíduos passariam de um nível no qual as regras externas controlam e regulam seus atos, pensamentos e sentimentos para a compreensão genuína dos princípios éticos e sua impressão nas relações com o Outro e consigo.

No entanto, devemos questionar se essas mudanças de fases ocorrem de forma sistemática e se realmente os indivíduos atingem os níveis mais altos de moralidade. Além disso, será realmente que no período que chamamos de adolescência, o indivíduo já atingiu níveis ótimos de desenvolvimento?

Aqui devemos atentar para as interfaces entre a moralidade e a ética e seus níveis de interdependência. O desenvolvimento moral e ético representa as formas como vemos o Outro e nos relacionamos com ele e, portanto, não se resume apenas ao aprendizado das regras sociais primárias, mas compreendem um conjunto de atitudes, valores e crenças que regem nossas ações e nossa disposição interna para empreendermos ações em prol do Outro e de nós mesmos.

No contexto do desenvolvimento moral as experiências escolares são de extrema importância na promoção de vivências que estimulem essa esfera do desenvolvimento. Para Vinha (2003) a atuação educacional no sentido de estimular apenas o desenvolvimento cognitivo não é suficiente; “urge criar na escola um ambiente sócio-moral cooperativo de tal ordem que também favoreça o desenvolvimento do raciocínio moral” (p.103).

Em resumo, Os seis estágios do desenvolvimento moral de Kohlberg estão agrupados em três níveis: o pré-convencional, o convencional e o pós-convencional. No nível pré-

convencional, estão os juízos baseados na obediência, no desejo de evitar a punição (1º estágio) e no hedonismo instrumental relativista (2º estágio). Já no nível convencional, encontram-se os raciocínios baseados na moralidade do “bom garoto”, de aprovação social (3º estágio) e na orientação para a lei e a ordem (4º estágio). Finalmente, no nível pós-convencional, encontram-se os juízos morais baseados na orientação para o contrato social (5º estágio) e nos princípios éticos universais de consciência (6º estágio). Esses seis estágios apresentam a possibilidade que o ser humano tem de posicionar-se diante do mundo, tanto a partir das conseqüências hedonísticas (punição/recompensa), quanto pelo desejo de atender às expectativas dos grupos sociais aos quais pertence, ou ainda, pelo esforço de pautar sua conduta a partir de princípios éticos universais (KOHLBERG, 1992).

Em meio a suas pesquisas empíricas para a consolidação da teoria dos estágios do desenvolvimento moral, realizadas em diferentes locais tais como penitenciárias, comunidades kibutz, escolas etc., Kohlberg percebe a escola como ambiente privilegiado para o desenvolvimento moral de crianças e de jovens. E para que este processo seja favorecido, Kohlberg e seus alunos identificaram uma série de processos, por eles denominados “currículo oculto”, que fariam da escola um local democrático, uma “comunidade justa”.

Seus instrumentos metodológicos, os dilemas hipotéticos, também permanecem sendo utilizados, ainda hoje, acrescidos da tecnologia da ressonância magnética, mas continuam dando base a estas pesquisas, no campo da psicologia e da neurociência, sobre o desenvolvimento moral; bem como os termos por ele utilizados. Só foi possível o aprimoramento dos estudos sobre moralidade até este ponto, graças às pesquisas de Kohlberg.

Entretanto, o principal motivo pela escolha da teoria do desenvolvimento moral desenvolvida por Kohlberg é que ele tratou a questão da moralidade de uma abordagem interdisciplinar que, além do envolvimento óbvio da Filosofia e da Psicologia, envolve também a Pedagogia, enfatizando o espaço escolar e os processos educativos como fundamentais para o desenvolvimento da moralidade. Desde que estes espaços tenham algumas características tais como a democracia, a efetiva participação de todos, o senso de pertença, a empatia ativa, desafios que permanecem para as escolas do século XXI, apesar de toda a contribuição de Paulo Freire e outros pensadores da Educação. A realidade sociopolítica brasileira mostra que o compromisso com a sociedade, a participação efetiva, o importar-se com a “res publica”, a coisa pública, o bem comum, ainda não passaram a ser uma realidade, muito embora existam bonitas experiências a este respeito.

Para Kohlberg a sequência dos estágios não é afetada pelas diferentes condições sociais, culturais, econômicas, religiosas e outras. Nas pesquisas realizadas por ele, não se encontrou

diferenças no desenvolvimento do raciocínio moral de católicos, protestantes, budistas e ateus. A única diferença é o ritmo de passagem de um estágio para outro.

O universalismo moral de Kohlberg consiste em reconhecer que as estruturas do raciocínio moral estão presentes em todas as culturas e em aceitar que qualquer indivíduo tem condição de se assumir como membro de uma sociedade.

2.2. A adolescência e a possibilidade de Medida do Juízo Moral

A adolescência caracteriza-se por um período de construção de valores sociais e de interesses por problemas éticos, ideológicos e metafísicos. O adolescente aspira a perfeição moral, referencia-se no comportamento dos adultos, o que, com frequência acarreta crises e revoltas por perceber que os valores vigentes na sociedade não coadunam com o idealismo ético que está construindo. O fato de possuir novas capacidades cognitivas possibilitarão construir hipóteses, discutir ideias, confrontar opiniões, elaborando, desse modo, uma compreensão própria da realidade.

A adolescência é a transição da heteronômia para autonomia moral própria do sujeito moral adulto.

De que modo se processa o desenvolvimento moral do ser humano?

É possível medi-lo, mensurá-lo?

“Você não tem moral?”, “Eu tenho mais moral que você para tratar destas questões?”

Há uma quantidade de moralidade no ser humano que pode ser identificada? Medida como os testes de QI fazem com a inteligência?

A moralidade do adolescente pode ser medida?

A teoria do julgamento moral de Kohlberg (2006) é única, por considerar uma sequência universal e transcultural para o desenvolvimento da moralidade humana. Ao contrário da maior parte das explicações sociais e psicológicas, que consideram a internalização de valores e regras sociais e culturais, o ponto de terminalidade do desenvolvimento moral (Durkheim e Freud e o behaviorismo), para Kohlberg, a terminalidade e autonomia morais seria atingida quando o indivíduo fosse capaz de orientar suas ações por princípios universais norteadores das condutas particulares (tais como o princípio da igualdade de todos os seres humanos, da dignidade da pessoa e da primazia da vida humana sobre qualquer regra ou normatização particular).

Compreendendo, desta forma, que a justiça é diferente da lei, que algumas leis são imorais, e, por isso, devem ser modificadas. Todo indivíduo seria, potencialmente, capaz de

transcender os valores da cultura onde foi socializado, e não, simplesmente, internalizá-los passivamente (Biaggio, 1997).

Como se desenvolve a moralidade no ser humano, em particular, na adolescência?

Ao tratar em desenvolvimento moral assume-se que existem níveis de moralidade mais elevados que outros, tendo por base determinados critérios teóricos. Isso implica a existência de níveis de conhecimento e de ação situados a distâncias diferentes de um suposto ideal de bondade (Lourenço, 1992).

Kohlberg defende a ideia de que consciência moral não se encontraria no sentimento (como Rousseau afirmava), mas na razão. Defende a tese da gênese gradativa da consciência moral e da possibilidade de educá-la. A psicogênese da moralidade infantil residiria no afastamento gradual da consciência infantil da heteronomia moral, das regras do grupo, em direção à autonomia.

Depois de Piaget, Kohlberg seria o investigador “(...) mais importante da moralidade: retoma e aperfeiçoa o modelo piagetiano, aperfeiçoa o aparato metodológico, elabora programas e educação moral para escolas e universidades e fundamenta filosoficamente sua teoria psicológica e moral.” (Martins, 2005, p.1).

Kohlberg propôs modos de interferir na passagem de um estágio para outro, ou seja, de se possibilitar que as pessoas desenvolvam a capacidade de fazer julgamentos morais. Uma das suas propostas foi a criação, dentro das escolas, da comunidade justa, que faria uso da vida comum (portanto, da dimensão social) da sala de aula para a promoção do desenvolvimento moral. A comunidade justa seria uma comunidade democrática, cuja instituição central seria a assembleia geral na qual seriam apresentados os assuntos relacionados com a vida e disciplina na escola, os quais seriam discutidos e decididos por meio de votação de alunos e professores, tendo os votos igual valor (Kohlberg, 1981; Martins, 2005).

Para que tal fosse possível, Kohlberg refere que seria necessário desenvolver as virtudes indispensáveis à vida comum: solidariedade, confiança, responsabilidade coletiva e participação. Ao adotarem esses valores como expectativas compartilhadas, os grupos deixam de ser associações pragmáticas para se transformarem em comunidades cujos membros se regem por objetivos educacionais individuais e valorizam a vida comum como um fim em si.

Kohlberg e os seus colaboradores reuniram provas empíricas por todo o mundo, tentando comprovar a existência de estágios de desenvolvimento moral. Consideraram que o todo seria mais relevante que as partes e que não seria possível ultrapassar qualquer subestágio, tendo os jovens de passar por todos sistematicamente. Defenderam, igualmente,

que o nível pós-convencional alcançado pelos 20-25 anos seria aquele em que passaria a maior parte da sua vida, em termos morais.

Martins (2005) refere que Kohlberg conduziu estudos longitudinais nos Estados Unidos, na Turquia e Israel, tendo acompanhado os sujeitos da pesquisa durante 15 anos.

Concluiu que o desenvolvimento moral completo pressupunha que o indivíduo tivesse alcançado o último estágio do desenvolvimento cognitivo, isto é, o estágio do pensamento formal, com o domínio das estruturas lógico-matemáticas. Contudo, essa condição não seria suficiente para que fosse capaz de tecer julgamentos morais no nível pós-convencional.

Como medir a moralidade?⁵

Os instrumentos utilizados nas suas pesquisas foram os dilemas morais, para os quais os sujeitos sugeriam uma solução, justificando racionalmente sua escolha; a entrevista clínica, (diálogos com argumentações e contra-argumentações); e vídeos que permitiram analisar a mímica e os gestos dos sujeitos participantes (Kohlberg, 1981).

Para o estabelecimento dos seis estágios e para o diagnóstico do desenvolvimento moral, Kohlberg considerou três pontos. Primeiro, o valor moral defendido, representado pelo conteúdo intrínseco dos argumentos apresentados (punição, lei, vida, liberdade, justiça, papéis afetivos e autoridade). Segundo, a justificativa dos julgamentos (estrutura e coerência da argumentação). Por último, a orientação socio-moral consciente do sujeito.

Assim, Kohlberg “Perguntou às crianças pequenas se é correto roubar quando se está com fome. Perguntou aos adolescentes e aos adultos se a eutanásia deveria ser permitida”.

Um dos dilemas célebres (Dilema de Heinz) envolve uma esposa que está muito doente e precisa de medicamentos, contudo a farmácia está fechada. Será correto o marido arrombar a loja?” (Sutherland, 1996, p.262). Com esta questão procurava, de um modo geral, saber o que é a justiça. Para tal baseou-se nas respostas dadas e construiu um sistema de seis estágios que se distribuem por três níveis.

Desta forma, Kohlberg defende um conceito hierárquico de desenvolvimento moral, que culmina no estágio final do pensamento abstrato, equivalente ao período das operações formais de Piaget. A justiça, sob uma perspectiva filosófica, é valorizada como a maior virtude, alcançada quando se atinge o estágio de autonomia moral.

Como foi referido anteriormente, Kohlberg desenvolveu inúmeros estudos sobre o desenvolvimento do pensamento moral. Desses estudos, surge a distinção de três níveis de

⁵ De acordo com levantamento realizado nas bases BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) e Scielo (Scientific Eletronic Library Online) com os descritores ‘moral’ e ‘Kohlberg’, encontrou-se cinco instrumentos de avaliação do juízo moral e da competência moral em uso no Brasil. Os mais utilizados são Moral Judgment Interview (MJI) e o Defining Issues Test (DIT), e um de competência moral: o Moral Judgment Test (MJT). Há estudos utilizando o “Socio-moral Reflection Objective Measure” (SROM), de Gibbs, Arnold e Burkhart (1984) e o “Problem Identification Test” (PIT), instrumento construído por Hebert, Meslin, Dunn, Buim e Reid (1990).

desenvolvimento moral: nível pré-convencional, convencional e pós-convencional (Alves, 2002; Kohlberg, 1981; Lourenço, 1992).

Em suma, a sequência de estágios proposta por Kohlberg apresenta-se como um dos instrumentos mais fidedignos para identificar as mudanças ocorridas no domínio moral durante a adolescência (Simões, 2002). Isto está patente na passagem do nível pré-convencional (estágio 1 e 2), característico da infância, para o nível convencional (estágio 3 e 4), aparentemente, característico da adolescência. Por último, após os 20-25 anos, atinge-se o nível pós-convencional, próprio da idade adulta.

É na adolescência que ocorre a passagem da heteronomia para a autonomia moral.

3. Conclusão

O percurso desta investigação teórica foi acompanhado por indagações sobre como se estrutura o desenvolvimento moral do adolescente e de que maneira a escola, como instituição formadora, possibilita e trabalha questões morais que efetivamente contribuem para o desenvolvimento e a construção autônoma de seus alunos.

Kohlberg (1981) aponta a adolescência como sendo um período de construção de valores sociais e de interesse por problemas éticos e ideológicos.

O processo de construção e desenvolvimento da moral ocorre gradativamente e continuamente por meio das relações estabelecidas entre os sujeitos e com o ambiente em que estão inseridos, dependendo das condições culturais, sociais, familiares e morais em que se encontram.

A complexidade da temática é grande, pois a moral constitui-se parte da formação do sujeito, possibilitando condições de crescimento, reflexão e autonomia de suas posturas e atitudes.

No decorrer da construção e do desenvolvimento da moral, as instituições sociais e educacionais apresentam-se como fundamentais e necessárias nesse processo, apresentando aspectos de convivência e de regras necessários à formação do sujeito.

O conhecimento e a compreensão que o profissional da educação tem sobre a forma com que o desenvolvimento moral acontece no aluno contribuem, de maneira significativa, para a efetivação desse trabalho na escola.

Refletir sobre a maneira como os sujeitos constituem-se moralmente remete nos a pensar na individualidade de cada sujeito, único em suas relações, experiências e vivências; nenhuma pessoa vive as mesmas situações e, se passam por experiências semelhantes, as compreendem de maneira diferenciada. Da mesma forma, a realidade educacional nos remete

a diferenças. Não temos alunos iguais nas salas de aula, possuímos alunos com as mais variadas experiências sociais, culturais e familiares. Sendo assim, o profissional da educação necessita observar seu aluno na sua integralidade, compreendendo-o como sujeito único e responsável pela sua própria formação.

No processo de construção e de desenvolvimento da moral, a escola é elemento significativo de formação, considerada sua função social e coletividade de relações entre professores, alunos e pais. A escola representa um ambiente de construção e reconstrução de conceitos. Portanto, a educação moral realizada nas escolas deve inquietar seus atores com o intuito de formação plena e autônoma de cada sujeito.

A educação moral só pode ser desenvolvida se tiver a participação plena e ativa do sujeito em construção.

Como salienta Oliveira (1994), “[...] pensar em educação moral significa priorizar a construção da autonomia, como um mecanismo por intermédio do qual a criança estabeleça uma relação de colaboração com o adulto, ao invés de submeter-se a uma obediência cega” (p. 124). Nesse sentido, a responsabilidade do profissional como desencadeador do processo de construção e desenvolvimento da moral é mediada e não imposta.

Não constitui tarefa fácil às instituições familiares e escolares contribuir para a formação moral dos alunos. No entanto, é necessário que haja comprometimento com essa construção, visto sua importância no que tange à sociedade em que estamos vivendo nos dias atuais.

O grande desafio está lançado. Trabalhar com questões morais na escola constitui-se uma grande responsabilidade. É necessário conhecimento sobre como trabalhar com essa dimensão no cotidiano escolar, bem como buscar a melhor maneira de contribuir efetivamente para a construção e o desenvolvimento da moral dos alunos, primando por relações coletivas e dialógicas de respeito, compreensão e cooperação. Nesse sentido, buscar parcerias com as famílias constitui-se em um mecanismo significativo de construção, visto sua função em relação à formação dos alunos.

Creemos que esta investigação representa um mecanismo de reflexão a todas as escolas sobre suas experiências e propostas em educação moral. Esta temática precisa ser repensada, havendo um planejamento e formação para os profissionais da educação, propondo estratégias e ações que privilegiem a formação moral autônoma de cada sujeito. Evidentemente, não existem “receitas prontas” de como trabalhar a dimensão moral na escola, na família ou na sociedade. No entanto, a busca por condições favoráveis a esse desenvolvimento implica,

sobretudo, na necessidade de construção plena, autônoma, crítica e reflexiva dos seus atores, visto as perdas de valores essenciais a convivência “sadia” em sociedade.

4. Referências

- Alves, P. (2002). **O desenvolvimento moral do adolescente: contributos em psicopedagogia**. Dissertação de Mestrado não publicada, apresentada à FPCE, Universidade de Coimbra.
- BIAGGIO, Ângela Maria Brasil. **Kolbergh e a “Comunidade Justa”:** promovendo o senso ético e a cidadania na escola. *Psicologia, Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v 10, 19p, janeiro 1997;
- Gibbs, J. C., Arnold, K. D. E., & Burkhart, J. E. (1984). **Sex differences in the expression of moral judgement**. *Child Development*, 55, 1040-1043.
- Hebert, P., Meslin, E., Dunn, E. V., Buirn N., & Reid, R. (1990). **Evaluating ethical sensitivity in medical students: using vignettes as an instrument**. *Journal of Medical Ethics*, 16, 141-145.
- LEMOS-DE-SOUZA, L. e VASCONCELOS, M. S. (2003) **Modelos organizadores do pensamento: uma perspectiva de pesquisa sobre o raciocínio moral de adolescentes autores de infração**. *Psicologia em Estudo*. Maringá, UEM, v. 8, n. 2, p. 47-59.
- Lourenço, O. M. (1992). *Psicologia do desenvolvimento moral: teoria, dados e implicações*. Coimbra: Almedina.
- KNAFO, A.; ROCCAS, S.; SAGIV, L. **The Value of Values in Cross-Cultural Research: A Special Issue in Honor of Shalom Schwartz**. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, v. 42, n. 2, March 2011, p. 178-185
- KOHLBERG, L. **Psicología del Desarrollo Moral**. Bilbao: Editorial Desclée de Brouwer, 1981.
- POWER, F. C.; HIGGINS, A. **La educación moral según Lawrence Kohlberg**. Barcelona: Editorial Gedisa, 1997.
- MACINTYRE, A. **Depois da virtude**. São Paulo: Edusc, 2001.
- Martins, L., & Branco, A. (2001). **Desenvolvimento moral: considerações teóricas a partir de uma abordagem sociocultural construtivista**. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 2(17), 169-176.
- Martins, M. H. P. (2005). **Lawrence Kohlberg: Restaure-se a moralidade**. Consultado em 1/02/2005, <http://www.msjhs.org/staff/brunak/kohlberg.html>.
- OLIVEIRA, Áurea Maria de. **O processo de construção do raciocínio moral: estudo realizado com um grupo de adolescentes em fase de escolarização**. 1989. Dissertação (Mestrado em Educação). Campinas: FE-UNICAMP, 1989.

Padilha ML, González MDM. **Conhecimento social e desenvolvimento moral nos anos escolares.** In: Coll C, Palacios J, Marchesi A (Orgs.). Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva. Porto Alegre: Artes Médicas; 1995. p.232-42

Papalia DE, Olds SW. **O jovem adulto.** In: Papalia DE, Olds SW. Desenvolvimento humano. 7.ed. Porto Alegre: Artes Médicas; 2000. p.367-97.

PUIG, Josep Maria. **A construção da personalidade moral.** São Paulo: Ática, 1998.

SCHWARTZ, S. H. **Studying Values: Personal Adventure, Future Directions.** Journal of Cross-Cultural Psychology, v. 42, n. 2, March 2011, p. 307-319.

Simões, M. (2002). **Adolescência: Transição, crise ou mudança?** Psychologica, 30, 407-429.

Sutherland, P. (1996). **O desenvolvimento cognitivo actual.** Lisboa: Instituto Piaget.

Vinha TP. **O educador e a moralidade infantil: uma visão construtivista.** 2. ed. Campinas: Mercado das Letras/ FAPESP; 2003.